



DATA DA REUNIÃO: VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA Eng.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP- PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 02 Fl. 2
25 de janeiro de 2018

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve quaisquer intervenções no período de antes da ordem do dia.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 02 Fl. 3
25 de janeiro de 2018

**ENTROU-SE DE IMEDIATO NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25/JANEIRO/2018 – ATA Nº 02

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 11/01/2018
- 2 – Proposta de constituição de Fundos de Maneio – Serviço Municipal de Proteção Civil
- 3 – Designação do representante do município na associação denominada “LITORALRURAL – Associação de Desenvolvimento Regional”: Ratificação de despacho do presidente
- 4 – “CRO – Centro de Recolha Oficial – Canil / Gatil Municipal”: proposta de aquisição pela via de direito privado da parcela 2 e revogação da deliberação da câmara municipal de 27/07/2017 (item 8)
- 5 – Proposta de 2ª alteração ao Regulamento para atribuição de Prémios de Mérito Escolar: Início do procedimento
- 6 – Acordo de Parceria a celebrar entre o parceiro Lider Devon County Council / Município de Devon – Reino Unido e o município de Santo Tirso, tendo por objeto a candidatura designada “Atlantic Youth Creative Hubs” ao Programa Europeu INTERREG Espaço Atlântico: Aceitação das condições de aprovação da candidatura
- 7 – Proposta de celebração de protocolos de colaboração entre o município de Santo Tirso e os agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques e de S. Martinho, no âmbito do fornecimento de lanches escolares aos alunos da educação e pré-escolar e 1º ciclo
- 8 – Proposta de celebração de Acordos de Execução com as juntas de freguesia no âmbito do artigo 133º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro – Limpeza das vias e espaços públicos
- 9 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia de Roriz, para execução de obras de retificação e pavimentação da Rua D. Amélia Carrilho
- 10 – Proposta de atribuição de subsídio aos Agrupamentos de Escolas de Santo Tirso para visitas de estudo
- 11 – Proposta de atribuição de subsídio à Paróquia de Santa Maria Madalena: reparação do Órgão Positivo de Armário da Igreja Matriz de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

12 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos

13 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Columbófilo de Vilarinho

Santo Tirso, 22 de janeiro de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/01/2018.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia onze do corrente mês de janeiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

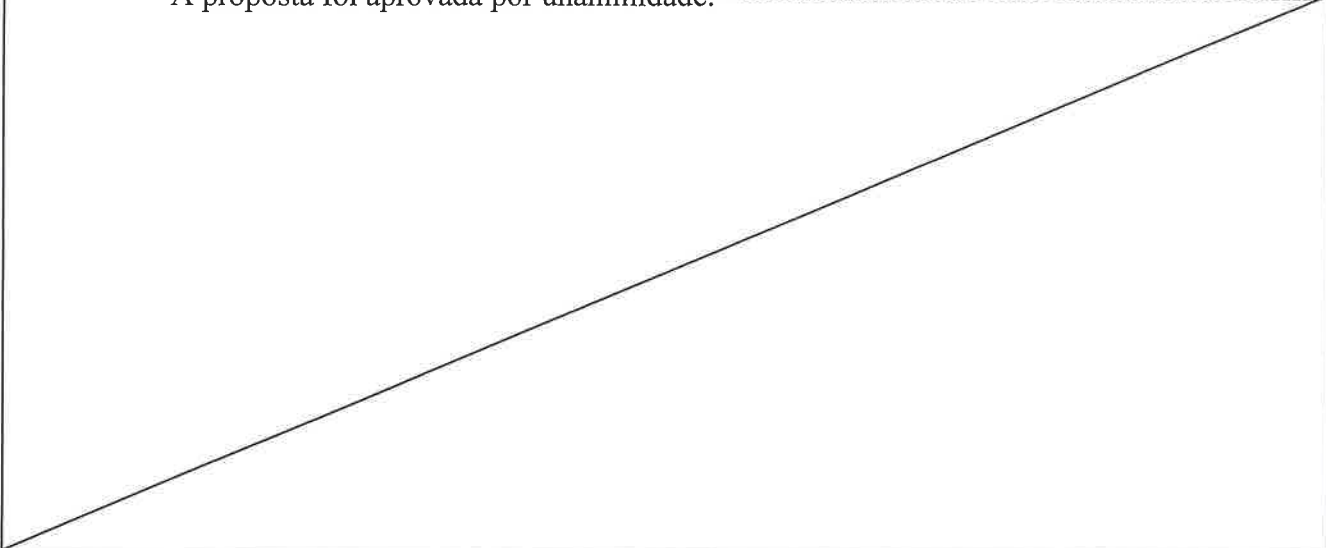
2. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.-----

Presente informação da Coordenadora Municipal do Serviço de Proteção Civil, de dezasseis do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e setenta e oito, a solicitar a constituição de fundo de maneo a gerir pelo referido Serviço. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 28º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dezembro último, deliberasse aprovar a constituição de um fundo de maneo para o Serviço Municipal de Proteção Civil, no montante de 500,00 € (quinhentos euros), para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, cuja utilização, reconstituição e reposição deverá obedecer ao previsto naquela norma e ao disposto nos artigos 11º e seguintes do Regulamento de Controlo Interno aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dois, ficando responsável pelo mesmo a trabalhadora Célia Maria Mendes Fonte.-----

O compromisso decorrente das despesas a efetuar por conta do fundo de maneo está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 155/2018, de dezanove do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





3. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA “LITORALRURAL – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente, para ratificação, o despacho do senhor presidente da câmara municipal de vinte e quatro de novembro último, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que designou o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa para representação do município na associação acima identificada.-----

No período de discussão do assunto, a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto questionou o porquê do despacho só agora ter sido presente à reunião de câmara.-----

O senhor presidente esclareceu que tal facto ficou a dever-se a esquecimento dos serviços.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido mandar o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins da Costa para representação do município na Associação denominada LITORALRURAL – Associação de Desenvolvimento Regional, não só para participação nas respetivas Assembleias Gerais, mas também para o exercício dos demais direitos dos associados, designadamente os previstos no artº 9º dos Estatutos daquela associação.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

O município de Santo Tirso é associado da associação denominada LITORALRURAL – Associação de Desenvolvimento Regional, conforme deliberação da assembleia municipal de 17 de novembro de 2016 (item 6 da respetiva ata), cuja adesão foi visada pelo Tribunal de Contas em 12 de setembro de 2017;-----

Nos termos da alínea oo) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal *“Designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local.”*, sendo esta competência indelegável;-----

Sucede que o município de Santo Tirso foi proposto para integrar o órgão executivo daquela Associação (Direção), como vice-presidente, cuja primeira reunião tem lugar no próximo dia 27 de novembro;-----

Por razões de agenda, não é possível marcar uma reunião extraordinária antes daquela data;-----

Pelo que, face à urgência do assunto e nos termos da norma acima citada profiro o presente despacho.-----

Ratifique-se na próxima reunião de câmara.-----

Santo Tirso, 24 de novembro de 2017

O Presidente,



**4. “CRO – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – CANIL / GATIL MUNICIPAL”:
PROPOSTA DE AQUISIÇÃO PELA VIA DE DIREITO PRIVADO DA PARCELA 2 E
DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DA UTILIDADE PÚBLICA DA
EXPROPRIAÇÃO.-----**

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e dois do corrente mês de janeiro, registada com o número setecentos e sessenta e seis, a comunicar que após a deliberação da câmara municipal de vinte e sete de julho último (item oito da respetiva ata), que tomou a resolução de expropriar prevista no artigo 10º do Código das Expropriações, relativamente à parcela de terreno identificada com o número dois na respetiva planta cadastral, foi possível retomar as negociações com os interessados no sentido de adquirir os bens por via do direito privado, de harmonia com o previsto no artigo 11º do mesmo Código, tendo-se obtido o acordo que consta da aludida informação técnica.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram apresentadas as seguintes propostas:--

A) Considerando a necessidade da parcela de terreno a seguir descrita para execução da obra denominada “CRO - Centro de Recolha Oficial – Canil / Gatil Municipal”, melhor fundamentada na aludida deliberação da câmara municipal; -----

Considerando que o Código das Expropriações privilegia a obtenção de acordo com os interessados, conforme resulta dos seus artigos 11º e 33º;-----

O facto de ser sido requerida a utilidade pública da expropriação não impede que se continuem as negociações com os proprietários.-----

Face ao exposto e ao teor da aludida informação técnica, proponho que a câmara municipal delibere adquirir pela via do direito privado a parcela de terreno a seguir descrita, pelo preço de 150,00 € (cento e cinquenta euros) e nas demais condições que constam da aludida informação técnica, que aqui se tem por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais.-----

Parcela de terreno a adquirir:-----



Parcela de terreno com a área de 33,60 m² (trinta e três vírgula sessenta metros quadrados), sita no Lugar da Ermida, freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães (extinta freguesia de Santa Cristina do Couto), concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte e nascente com parte sobrance do prédio do qual é a desanexar, e de sul e poente com caminho público, que é a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1.749 (mil setecentos e quarenta e nove) e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 197 (cento e noventa e sete), melhor identificada a cor vermelha na planta parcelar que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, propriedade de António Ribeiro de Sousa, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria Olívia Carneiro de Araújo, residentes na Rua Santo André, nº 668, da dita freguesia e demais elementos de identificação constantes do processo de negociação.-----

O prédio do qual é a desanexar a parcela a adquirir encontra-se arrendado à sociedade anónima Navigator Forest, Portugal S.A., pessoa coletiva número 504 729 497, matriculada com o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial, com sede no Pólo Industrial da Portucel, Mitrena, freguesia do Sado, concelho de Setúbal, conforme contrato de arrendamento florestal remetido pela arrendatária com o ofício datado de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete, registado nesta câmara municipal com o número vinte e sete mil e sessenta e três.-----

No entanto, conforme resulta do relatório complementar junto ao respetivo processo datado de vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete, elaborado por perito da lista oficial de peritos avaliadores do Ministério da Justiça, a parcela de terreno corresponde a uma pequena fatia do aceiro perimetral da exploração florestal, sem qualquer produção.-----

Dado que a supressão da parcela de terreno no prédio em causa não inviabiliza a sua acessibilidade e exploração florestal, mantendo a frente rodoviária, que ficará ainda melhorada, e que os trabalhos de estabilização do talude de forma a preservar o aceiro perimetral serão assegurados pela câmara municipal no âmbito de execução da obra, considera-se, com fundamento no aludido

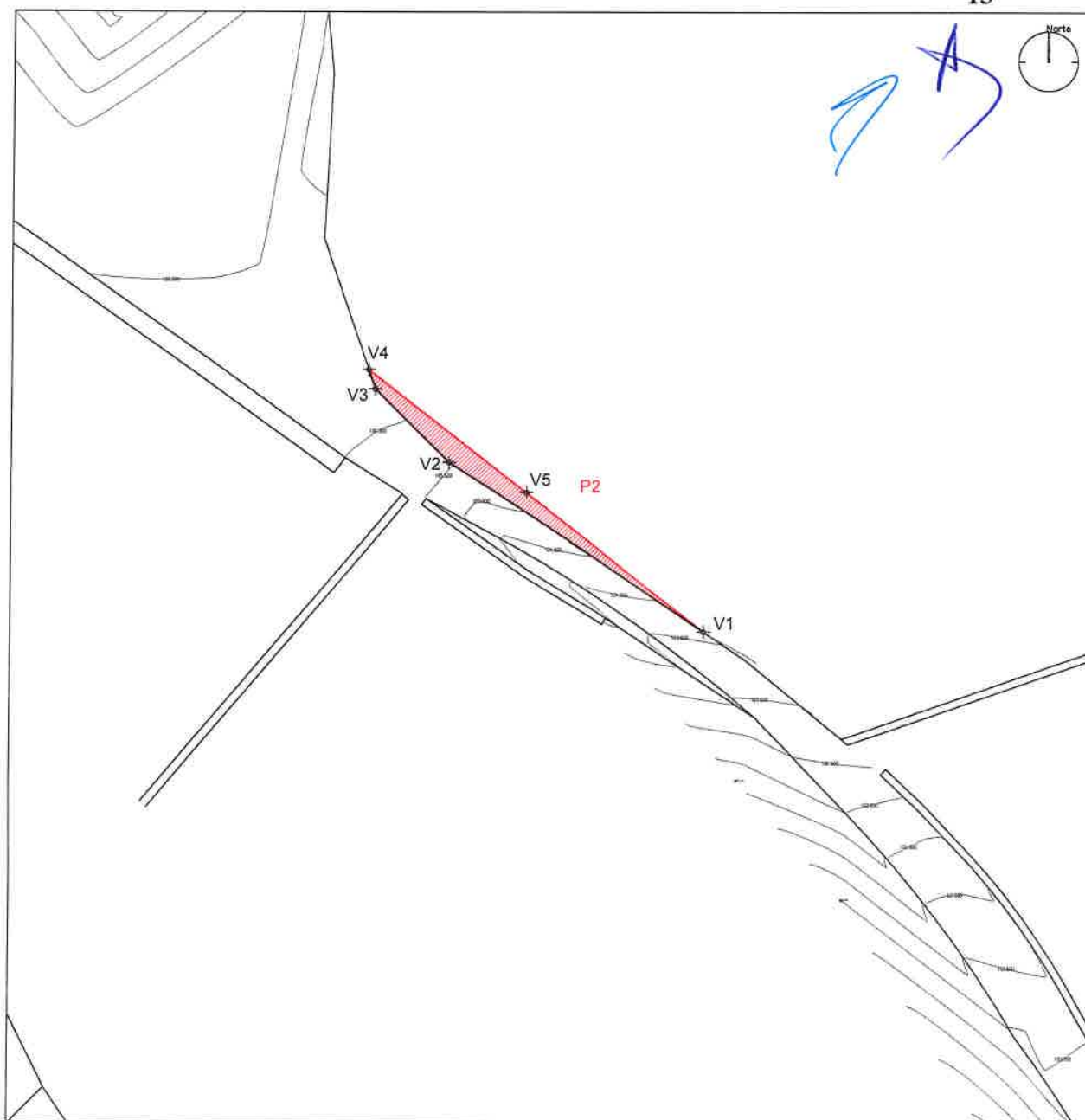
relatório, cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos legais, que não é devida qualquer indemnização à sociedade arrendatária.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 312/2018, de vinte e dois do corrente mês de janeiro.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 172/2018, de vinte e dois de janeiro.-----

B) Que a câmara municipal deliberasse comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que desiste do seu pedido de declaração da utilidade pública da expropriação, em virtude de ter sido possível adquirir o bem em causa pela via do direito privado, tendo-se assim alcançado o interesse público cuja realização se pretendia obter.-----

As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade.-----



 Parcela P2 - área: 33,60 m²

Proprietário: António Ribeiro de Sousa

Confrontações

Norte: António Ribeiro de Sousa

Sul: Caminho Público

Nascente: António Ribeiro de Sousa

Poente: Caminho Público

Coordenada Retangular

Origem Datum 73

(valores expressos em metros)

Vértice	Coordenada X	Coordenada Y
V1	X = -31018.3839	Y = 184285.6229
V2	X = -31038.9000	Y = 184299.0771
V3	X = -31044.8446	Y = 184304.8955
V4	X = -31045.3686	Y = 184306.4173
V5	X = -31032.6812	Y = 184296.6619



SANTO TIRESO
CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Expropriação da parcela 2 - planta parcelar

SISTEMA CERTIFICADO

M.006DAP

CRO - centro de recolha oficial - Canil / Gatil Municipal (Beneficiação do acesso)

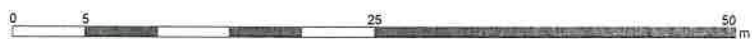
Autor
Duarte Nuno

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Lúcia Rodrigues (arq.)

Escala: 1/500



Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data

Folha

dezembro 2017

5. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação de dezassete do corrente mês de janeiro, da Divisão de Educação, registada com o número seiscentos e quarenta, a propor alterações ao Regulamento municipal acima referido, que tem por objeto contribuir para a melhoria do sucesso educativo no município de Santo Tirso, constituindo ainda uma medida de reconhecimento e de valorização do mérito escolar alcançado.-----

O referido Regulamento foi aprovado pela câmara municipal em reunião de três de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, e ratificado pela assembleia municipal em sessão ordinária de trinta de dezembro do mesmo ano e entretanto alterado por deliberação da assembleia municipal de vinte e sete de dezembro de dois mil e quatro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de 2ª alteração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Técnica Superior Dra. Mafalda Patrícia Silva Azevedo Fontão, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração da proposta de 2ª alteração ao dito regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração das alterações àquele regulamento.-----

Reunião : ORDINÁRIA

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

6. ACORDO DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O PARCEIRO LIDER - DEVON COUNTY COUNCIL / MUNICIPIO DE DEVON – REINO UNIDO, O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E OUTRAS ENTIDADES, TENDO POR OBJETO A CANDIDATURA DESIGNADA “ATLANTIC YOUTH CREATIVE HUBS” AO PROGRAMA EUROPEU INTERREG ESPAÇO ATLÂNTICO: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA.-----

Presente informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos, de dezanove do corrente mês de janeiro, registada com o número setecentos e cinco, a comunicar que foi apresentada uma candidatura ao programa acima referido, em parceria com catorze entidades, espanholas, francesas e inglesas, que mereceu aprovação.-----

O projeto pretende desenvolver uma rede internacional de promoção do emprego jovem, através de ações de apoio ao empreendedorismo e ao emprego.-----

O valor elegível do município de Santo Tirso na referida candidatura é de 415.080,00 € (quatrocentos e quinze mil e oitenta euros), a que corresponde uma comparticipação FEDER de 75%, no montante de 311.310,00 € (trezentos e onze mil trezentos e dez euros), sendo o remanescente, 103.770,00 € (cento e três mil setecentos e setenta euros), assegurado pelo município de Santo Tirso.-

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de integração do município de Santo Tirso naquele projeto e aprovasse o respetivo Acordo de Parceria, do qual se anexa cópia à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. MARTINHO DO CAMPO PARA ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE LANCHES ESCOLARES AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO. -----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezassete do corrente mês de janeiro, registada com o número seiscentos e doze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atualizar os termos e condições do Protocolo de Colaboração celebrado com os aludidos Agrupamentos de Escolas, aprovados por deliberação da câmara municipal de oito de outubro de dois mil e quinze, que passam a ser substituídos pela minuta de Protocolo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião, a celebrar com os Agrupamento de Escolas de D. Afonso Henriques e Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo, tendo por objeto estabelecer entre as partes os termos e as condições em que é assegurado o serviço de lanches escolares aos alunos da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentam estabelecimentos de ensino servidos por refeitórios escolares sob a administração direta do Ministério da Educação, e aprovar a minuta anexa.-----

O protocolo será celebrado pelo período do presente ano letivo 2017/2018 (com início a três do corrente mês de janeiro).-----

O valor global estimado dos encargos resultantes dos aludidos Protocolos é de 43.440,31 € (quarenta e três mil quatrocentos e quarenta euros e trinta e um cêntimos), de janeiro a julho do ano em curso, assim repartido:-----

- Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques: 33.189,35 € (trinta e três mil cento e

oitenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos).-----

- Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo: 10.250,96 € (dez mil duzentos e cinquenta euros e noventa e seis cêntimos).-----

Os respetivos encargos serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativa a referida importância de 43.440,31€ (quarenta e três mil quatrocentos e quarenta euros e trinta e um cêntimo), correspondente aos encargos estimados a satisfazer no ano económico em curso, de janeiro a julho. -----

Os compromissos inerentes à presente deliberação ficaram registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 148/2018 e 150/2018, ambos de dezanove do corrente mês de janeiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO**(Celebração de protocolos para fornecimento de lanches escolares)**

A criação de condições de excelência em matéria de Educação para os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino no Município de Santo Tirso, assumida como uma das principais prioridades por este executivo municipal de maioria PS, **não se traduz apenas no melhoramento em curso do parque escolar, mas também em ações e iniciativas que visam proporcionar uma formação integral a todos aqueles que se encontram em idade escolar.**

Em simultâneo com um conjunto de medidas já lançadas ou em vias de arrancarem, nomeadamente um programa municipal de reeducação alimentar, a Câmara Municipal decidiu melhorar, a partir do ano letivo 2017-2018, não apenas o fornecimento as refeições escolares mas também o fornecimento dos lanches do pré-escolar e do 1.º Ciclo.

Assim, com vista à adoção de **hábitos alimentares mais saudáveis, indutores de um melhor desempenho escolar e promotores do combate à obesidade infantil**, a Câmara Municipal lançou um novo plano de ementas destinado à distribuição dos lanches escolares aos cerca de 2800 alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo.

Estabelecido por um profissional especializado na área nutricional, o novo plano prevê uma ementa com maior qualidade, mais diversificada e mais equilibrada sob o ponto de vista nutricional, cumprindo todas as normas de higiene e segurança alimentar e requisitos na área da saúde alimentar.

O reforço da comparticipação municipal para o serviço de distribuição dos lanches escolares, gratuito para os alunos com escalão A – os alunos com escalão

B têm uma comparticipação de 50% –, **envolve um esforço financeiro por parte do orçamento municipal de cerca de 250 mil euros por cada ano letivo.**

Pese embora os refeitórios dos estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques e S. Martinho do Campo estarem sob administração direta do Ministério da Educação, **a Câmara Municipal quis uniformizar a distribuição do serviço em todos os estabelecimentos de ensino do Município,** razão pela qual vai garantir o acesso aos lanches escolares aos alunos destes dois agrupamentos por via da celebração de um protocolo diretamente com as escolas..

Porque, para a Câmara Municipal, não há alunos de 1.^a e de 2.^a.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a celebração dos protocolos com os Agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques e de S. Martinho para a distribuição de lanches aos alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo.

Santo Tirso, 25 de janeiro de 2018



8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO ARTIGO 133º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS.-----

Presente informação da Divisão de Serviços Gerais, de vinte e dois do corrente mês de janeiro, registada com o numero setecentos e sessenta e quatro, a propor a celebração de Acordos de Execução com as Freguesias, tendo por objeto a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 132º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea m) do n.º 1 do artigo 33º do referido diploma legal, deliberasse o seguinte:-----

A) Solicitar autorização à assembleia municipal para que a câmara municipal delegue nas freguesias a competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 132º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, caso entenda que a concretização da delegação legal prevista é a forma que melhor satisfaz o interesse público, nos termos da minuta de Acordo de Execução que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, e cuja aprovação se submete também àquele órgão deliberativo;-----

B) Solicitar à assembleia municipal, em concretização das transferências para as freguesias previstas no Plano de Atividades aprovado pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de catorze de dezembro último, (projeto/ação com o código/ano/número 2/2018/2), autorização para a assunção de compromissos plurianuais, para o período correspondente ao mandato dos órgãos autárquicos de 2017/2021, para efeitos de celebração dos referidos Acordos de Execução, pelos seguintes montantes máximos anuais;-----

2017 – 46.801,20 € (quarenta e seis mil oitocentos e um euros e vinte centimos);-----

2018 - 202.042,40€ (duzentos e dois mil e quarenta e dois euros e quarenta centimos);----

2019 - 202.042,40€ (duzentos e dois mil e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos);----

2020 - 202.042,40€ (duzentos e dois mil e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos);----

2021 – 202.042,40€ (duzentos e dois mil e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos);----

Os encargos inerentes serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 208/2018, de vinte e dois do corrente mês de janeiro. -----

No período de discussão da proposta o senhor vereador Dr. José Manuel Pimenta de Carvalho questionou qual a periodicidade de limpeza das vias abrangidas pelos Protocolos a celebrar.

O senhor presidente da câmara municipal esclareceu que a periodicidade prevista é de duas vezes por ano, sendo que, no entanto, caso essa periodicidade, em algumas situações, se mostre insuficiente, serão feitas as limpezas necessárias.-----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RORIZ, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RETIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA D. AMÉLIA CARRILHO.-----

Presente ofício da junta de freguesia de Roriz, de dezasseis de novembro último, registado com o número trinta mil e trinta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com obras de retificação e pavimentação da Rua D. Amélia Carrilho, que está incluída no PPI do município para o ano em curso.

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de nove do corrente mês de janeiro, registada com o número trezentos e doze, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar na obra denominada “Retificação e Pavimentação da Rua D. Amélia Carrilho - Roriz”, cuja estimativa orçamental, é de 50.523,63 € (cinquenta mil quinhentos e vinte e três euros e sessenta e três cêntimos), com IVA incluído.

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;

A referida obra consta no PPI de dois mil e dezoito (projeto/ação 7/2017/10), no entanto

com uma despesa prevista inferior à da comparticipação a atribuir à freguesia de Roriz;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere celebrar o referido contrato de delegação de competências, nos termos da minuta que se anexa à presente ata da e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, e remeter o mesmo à assembleia municipal para efeitos de ratificação.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental, n.º 229/2018.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 62/2018, de quinze do corrente mês de janeiro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SANTO TIRSO PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR (VISITAS DE ESTUDO).-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezassete do corrente mês de janeiro, registada com o número seiscentos e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação;-----

Considerando as atribuições do município nos domínios da educação e da ação social;----

Considerando as competências da câmara para apoiar atividades de natureza educativa e em matéria de ação social escolar (alíneas u) e hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro), proponho que a câmara municipal delibere atribuir aos Agrupamentos de escolas abaixo identificados a comparticipação financeira referida, no montante global de 19.825,00 € (dezanove mil oitocentos e vinte e cinco euros), destinada a apoiar a realização de uma visita de estudo anual aos alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2017/2018.-----

Agrupamento de Escolas D Dinis – Santo Tirso-----

- Valor a atribuir -----3.325,00€ (três mil trezentos e vinte cinco euros)

Agrupamento de Escolas D Afonso Henriques – Aves – Santo Tirso-----

- Valor a atribuir -----3.300,00€ (três mil e trezentos euros)

Agrupamento das Escolas de S. Martinho-----

- Valor a atribuir -----4.000,00€ (quatro mil euros)

Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo – Santo Tirso-----

- Valor a atribuir -----8.200,00€ (oito mil e duzentos euros)

Escola Básica Integrada de Aves/São Tomé de Negrelos – Santo Tirso-----



- Valor a atribuir -----1.000,00€ (mil euros)

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 296/2018.---

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental conforme documentos números 154, 156, 157, 159 e 160, todos de dezanove do corrente mês de janeiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE SANTA MARIA MADALENA – SANTO TIRSO: REPARAÇÃO DO ÓRGÃO POSITIVO DE ARMÁRIO DA IGREJA MATRIZ DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de catorze de dezembro findo, da Paróquia de Santa Maria Madalena, Santo Tirso, registado com o número trinta e um mil oitocentos e vinte e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com os trabalhos de recuperação do órgão positivo de armário da igreja matriz de Santo Tirso, cuja estimativa orçamental é de 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros), mais IVA.-----

O assunto vem informado pela Divisão do Património e Museus, conforme informação de onze do corrente mês de janeiro, registada com o número quatrocentos e vinte e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista ao apoio de atividades de natureza cultural;-----

Considerando a importância daquele instrumento musical, que pela sua antiguidade, características de construção e composição sonora é um autêntico tesouro da organaria portuguesa;

Considerando o teor da aludida informação da Divisão de Património e Museus.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena – Santo Tirso um subsídio no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) para ajudar a custear as despesas com os trabalhos de recuperação do referido instrumento musical.

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 316/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de

Reunião : ORDINÁRIA

contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 175/2018, de vinte e dois do corrente mês de janeiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DE S. TOMÉ DE NEGRELOS.-----

Presente ofício da Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos, de doze de outubro último, registado com o número vinte e cinco mil setecentos e trinta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com o cortejo de carnaval que realizarão em S. Tomé de Negrelos, no próximo dia onze de fevereiro. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de São Tomé de Negrelos é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes;-----

Considerando que os festejos de Carnaval são uma tradição popular, que deve ser apoiada pela câmara municipal;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 800,00 € (oitocentos euros) à Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos, para ajudar a custear as despesas com o referido evento.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 336/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 261/2018, de vinte e quatro do corrente mês de janeiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO COLUMBÓFILO DE VILARINHO

Presente ofício de dezassete do corrente mês de janeiro, da associação denominada Grupo Columbófilo de Vilarinho, registado com o número mil quinhentos e vinte e sete, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número setecentos, de dezoito do corrente mês de janeiro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada Grupo Columbófilo de Vilarinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da Segurança Social Direta, no dia vinte e dois do corrente mês de janeiro, cuja informação obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada ao sítio institucional do Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia oito de setembro último, cuja informação assim obtida é igualmente válida por seis meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado (obras de beneficiação das infraestruturas da entidade beneficiária – requalificação da sede) e organização e participação em campeonatos concelhios merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer

parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

À formação do contrato em causa não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 5º do referido Código. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 300/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 162/2018, de dezanove do corrente mês de janeiro. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Nenhuma das pessoas presentes quis usar da palavra.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Quinze horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem trinta e três folhas e cinco documentos anexos (anexo I, relativo ao item seis, anexo II, relativo ao item sete, anexo III, relativo ao item oito, anexo IV, relativo ao item nove e anexo V, relativo ao item treze), apenas utilizadas no anverso, que eu

Adriana Sáfio Fogal

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 08 / 02 / 2018 conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas oito).-----

A Secretária,

Adriana Fogal